

A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico

Eni Puccinelli Orlandi¹

Introdução

O sentido não é exato (ORLANDI, 2012a). Em consequência, importa acrescentar: a análise de discurso não é uma ciência exata. É uma ciência da interpretação. Há vários tipos de real, diz Michel Pêcheux (1990). E o real com o qual trabalhamos é o real da interpretação. Que não se demonstra. Mostra-se. Topa-se com ele: o impossível de que não seja assim.

Esta afirmação nos leva também a outras reflexões. Por exemplo, a de que trabalhamos nesta perspectiva, com a materialidade dos sentidos, e a dos gestos de interpretação. Gestos estes que intervêm no real dos sentidos, enquanto atos simbólicos com sua materialidade.

Procurarei tratar rapidamente de alguns destes aspectos, antes de falar mais diretamente sobre o assunto que nos ocupa neste texto: a materialidade do gesto de interpretação pensando o digital, o discurso eletrônico, o que nos coloca de imediato no contato com o mundo da tecnologia. A materialidade do gesto de interpretação está por historicidade, memória.

Podemos, então, começar por algo familiar, pois, falar em disciplina de interpretação significa dizer que, na análise de discurso, múltiplas análises de um mesmo material é próprio da construção do conhecimento (discursivo) e constitui o debate intelectual, que faz o conhecimento se movimentar. Efeito do arquivo. Ao contrário das ciências positivistas, a diferença de resultados resulta do fato de que, se a teoria e o método, assim como o objeto da análise de discurso, formam um corpo estabelecido, têm suas constantes, no entanto, na construção do dispositivo analítico (1989), a questão posta pelo pesquisador, a maneira como ele considera seu material, construindo o objeto de sua análise, seus objetivos e seu campo teórico, onde se dará a interpretação dos resultados de sua compreensão, podem trazer contribuições sempre diferentes e extremamente frutíferas para o conhecimento do objeto simbólico em questão e a observação dos processos de significação. A interpretação é aberta e a significação sempre incompleta em seus processos de apreensão. Há ineditismo em cada

¹ Professora na USP de 1967 a 1979, professora titular de 1979 a 2002 na UNICAMP, quando se aposentou, atualmente é professora colaboradora da UNICAMP, pesquisadora do Laboratório de Estudos Urbanos, da Unicamp e professora titular e coordenadora do curso de mestrado em Ciências da Linguagem na UNIVÁS. Pesquisadora 1A do CNPQ, Tem extensa obra, artigos e livros, publicada no Brasil e no exterior.

análise, e isto faz a riqueza da análise de discurso, seu caráter aberto e dinâmico. O objeto da análise é inesgotável face à possibilidade da compreensão dos processos discursivos possíveis. Com a análise não se objetiva interpretar o objeto submetido a ela, mas compreendê-lo em seu modo de significar. Assim, a análise não é sobre um objeto propriamente mas sobre o processo discursivo de que ele é parte. Como a análise de discurso, como dissemos, não é uma ciência exata é uma ciência da interpretação, ela não estaciona em uma interpretação, ela a *interroga*. Cabe ao analista, na elaboração de sua análise, e na explicitação de seus resultados, mostrar a eficácia de seus procedimentos e a consistência teórica com que a conduziu. O ponto de partida de sua análise é sua questão, sendo, esta, parte da sua investigação, de sua inteira responsabilidade. O que não significa que a análise não tenha sua necessidade e balize teoricamente seu campo de validade. Mas seus resultados levam a muito mais do que aquele objeto de que partiu em sua análise, e pode, inclusive, produzir deslocamentos na teoria.

Como temos afirmado, ao longo de nossas pesquisas, a questão da interpretação é trabalhada junto à de ideologia, é inseparável dela, pois, é no trabalho da interpretação, que podemos apreciar os efeitos da ideologia funcionando (ORLANDI, 1996).

Neste texto, vamos aprofundar esta nossa reflexão. De um lado, na direção da compreensão da constituição dos sujeitos e dos sentidos, e, de outro, na direção da compreensão do que podemos entender por gesto de interpretação na divisão social do trabalho da leitura, ou seja, na reorganização social do trabalho intelectual e na leitura de arquivo (PÊCHEUX, 1994), pensando a escritura digital. M. Pêcheux fala do arquivo entendido no sentido amplo de “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 1994, p. 57). Em meu trabalho, já elaborando a questão do digital em relação à questão da memória, estendo o que diz Pêcheux sobre arquivo na direção de explorar a noção de memória, e distingo a *memória discursiva* (interdiscurso, constituída pelo esquecimento) a *memória metálica* (das máquinas) e a *memória de arquivo*, sendo esta a memória institucional, a que não esquece e alimenta a ilusão da “literalidade”, acentuando a ilusão de transparência da linguagem, sustentada pelas instituições, lugares por onde circula o discurso documental e que servem a sua manutenção e estabilização.

Sobre a interpretação e a ideologia

No que toca a questão do sujeito e dos sentidos, parto de uma afirmação que tenho elaborado:

A interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da linguagem. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos (ORLANDI, 1996, p.9).

Continuando, considero a questão da interpretação na relação com o que chamo de abertura do simbólico. Antes de tudo porque a questão do sentido é uma questão aberta (HENRY, 1993), é uma questão filosófica que não se pode fechar categoricamente. E acrescento:

Por outro lado, não há um sistema de signos só, mas muitos. Porque há muitos modos de significar e a matéria significante tem plasticidade, é plural. Como os sentidos não são indiferentes à matéria significante, a relação do homem com os sentidos se exerce em diferentes materialidades, em processos de significação diversos: pintura, imagem, música, escultura, escrita etc . A matéria significante – e/ou a sua percepção – afeta o gesto de interpretação, dá uma forma a ele (ORLANDI, 1996, p.12).

Ressalto do dito acima que “a matéria significante (...) *afeta* o gesto de interpretação, *dá uma forma* a ele”. Mais que isto, na medida em que tratamos com matérias significantes diferentes, temos de mobilizar procedimentos diferentes² de análise e de estabelecer, no vai-e-vem entre teoria e análise, uma relação de ressignificação de nossos instrumentos teóricos. O que, certamente, afeta o batimento entre descrição/interpretação.

O que está posto nestas reflexões é a afirmação da materialidade dos gestos de interpretação. Sua historicidade e sua constituição pela memória, saber discursivo. E, tratando-se do digital, a relação com sua natureza, a que chamo metálica, a da máquina.

Além disso, se pensarmos o digital como “instrumento” – não no sentido pragmático, mas histórico discursivo – meu objetivo é compreender essa memória que

² Em texto publicado em livro organizado por Anne Decrosse (ORLANDI, 1993), falando do silêncio, afirmo que “(...) la matérialité signifiante du silence ne peut être confondue avec celle du langage, ce qui implique des instruments d’analyse différents dans les deux cas”. Minhas pesquisas sobre o silêncio me levaram a estabelecer novas relações com a teoria do discurso, outras formas de proceder às análises.

ele está carregando na materialidade do gesto de interpretação que se atualiza nas condições que se apresentarem. E aqui, então, não falo da memória do discurso digital, eletrônico, mas da memória que o constitui enquanto digital nas diferentes conjunturas sócio-históricas, ideológicas.

Além dessas formulações, alguns *textos* de Pêcheux – *Ler o arquivo hoje* (1994), *Discurso: estrutura ou acontecimento* (1991) e *Reflexões para uma teoria geral da ideologia* (1995) – foram fundamentais para que eu formulasse a questão da interpretação ligada à ideologia, e pensasse, na divisão social do trabalho da leitura, a separação estanque entre o literário e o científico.

Paralelamente, faz parte destas reflexões a consideração de que a constituição dos sentidos, e dos sujeitos, tem na base a metáfora. Como diz Pêcheux (1975), a metáfora está na base da significação, e eu estendo: a metáfora está na base da constituição dos sujeitos. Os sentidos só existem nas relações de metáfora de que certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório (PÊCHEUX, 1975). A formação discursiva, lembremos, se constitui na relação com o interdiscurso, representando no dizer as formações ideológicas. Assim, o lugar do sentido, e do sujeito, lugar da metáfora, é função da interpretação, espaço da ideologia (ORLANDI, 1996). Considerando que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, ocupa-me o fato de que, por outro lado, sujeitos e sentidos não coincidem em si, não coincidem entre si (ORLANDI, 2012a). Metáfora, inexactidão, não transparência, movimento, não acabamento.

A partir do princípio discursivo do trabalho do político, levamos em conta o fato de que o sentido é sempre dividido, tendo uma direção que se especifica na história, pelo mecanismo ideológico de sua constituição; há simbolização das relações de força, de poder, que se estabelecem na divisão própria à sociedade capitalista. Ligam-se aí três noções: o político, o histórico (o Outro, a memória, o interdiscurso) e o ideológico. A sociedade não é inerte (ORLANDI, 2012a) e a formação social é constituída de relações que resultam, em última instância, dos modos de individuação dos sujeitos pelo Estado, relações que são de natureza político-social, simbolizadas.

De seu lado, os sujeitos são sujeitos divididos em si e se dividem entre si. Ao significar, o sujeito se significa e o gesto de interpretação é o que, perceptível, ou não, para o sujeito e seus interlocutores, decide a direção dos sentidos, decidindo assim sobre

sua própria “direção” (identificação, posição-sujeito etc), ao inscrever-se em formações discursivas, reflexos das formações ideológicas.

A interpretação, a ideologia e a leitura de arquivo

Refiro, para iniciar esta parte de nosso estudo, o que diz Cristiane Dias:

A discursividade do eletrônico (...) é um processo histórico e ideológico de significação da nossa sociedade contemporânea, do modo como estamos nela, como praticamos os espaços, do modo como somos interpelados em sujeito pela ideologia, através das determinações histórica. (DIAS, 2011, p.58).

Retomando o que diz Céline Lafontaine (2004) sobre a “amnésia histórica” em relação à cibernética, busca a clarificação histórica proposta pela autora:

Assistiríamos a um retorno do recalcado de um modelo científico elaborado ao final da Segunda Guerra mundial e do qual apenas começamos a entender as ramificações? As filiações que ligam a cibernética aos domínios tão vastos da informática, a automação, as ciências cognitivas, a protética, a Inteligência artificial ou ainda à biologia molecular e ao gênio genético são, entretanto notórios, ainda que um imenso trabalho de clarificação histórica esteja por fazer (LAFONTAINE, 2004, p. 22-23).

Dias (2011) aproxima a ideia de “amnésia histórica” da do esquecimento n. 1, proposto por Pêcheux, e afirma que a ilusão de ser a origem do sentido traz consigo os sentidos de onipotência, completude, omnipresença do discurso da tecnologia em que o sujeito pode tudo, o corpo pode tudo e a ciência pode tudo. Sentidos “determinados pelo modo como a tecnologia se filia à ciência de uma certa maneira, à maneira da cibernética ou de um modelo específico do final da guerra” (DIAS, 2011), que procura elucidar: o modelo da ideologia da saúde mental. Mostrando que é trabalho ideológico o da tecnologia como instância científica que dará todas as soluções, conclui pela necessidade de mostrar-se que a tecnologia se constitui em um processo histórico, em certas condições, que ela situa, como Lafontaine, no período da segunda guerra mundial.

Tendo em conta estas considerações e tomando a leitura de Pêcheux (1994) e Henry (1986), volto-me para as condições históricas que determinam os sentidos de tecnologia na sociedade e na história, e com ela as de eletrônico, com consequências para os sujeitos e os sentidos. Faço um recuo em relação ao tempo e vou além do

período da segunda guerra mundial, e não me atendo ao modelo da saúde mental, embora possa se incluir em nossas reflexões.

Tomo a questão da ciência pensando sua ideologia. E o que chama a atenção, no nível epistemológico, é o chamado “*paradigma calculatório ou informático*” (LÉVY, 1986, p. 279), e, neste, interessa-nos, sobretudo, um campo de questões: *o do cérebro e do pensamento, e o do cálculo e da máquina*. Eis a linha mestra de nossa reflexão. Nela, apresenta-se, em maiúscula, a ideia do “CÁLCULO”. Trazendo a palavra-discurso (ORLANDI, 2012b) “IBM” (máquina) a si articulada.

Tomamos, discursivamente, para nossa análise, o que está em relação parafrástica e com efeito metafórico: a relação *Linguagem/Pensamento/Mundo*→*Cérebro/Máquina/Sociedade*.

A pergunta que desencadeia esta formulação, que coloco em realce, é o título dado por P. Henry (1986), ao seu capítulo do livro *Intelligence des Mecanismes, Mecanismes de l'intelligence*, mais especificamente: “Não se substitui o cérebro por uma máquina”: um debate mal engajado”. Nele, P. Henry cita J. Dieudonné que, considerando uma questão de bom senso, critica, na realidade, com este enunciado “Não se substitui o cérebro por uma máquina”, Hilbert, que, em 1900, no *Congresso Internacional de matemáticas*, com o desenvolvimento da informática³ ou do que se chama inteligência artificial, buscava um algoritmo, que, dada uma equação diofantiana qualquer, permitisse decidir se esta equação admite ou não soluções. Para Dieudonné era absurdo que Hilbert pudesse acreditar que uma máquina pudesse dar automaticamente respostas aos problemas diofantianos. Daí resulta seu enunciado, que é posto em estado de questão por Henry (1986). Já que, para alguns, é impossível construir *máquinas* capazes de igualar nosso cérebros; enquanto, para outros, não há provas científicas que excluam a esperança de chegarmos a *programas* superiores até a nossos grandes gênios humanos...(DREYFUS apud HENRY, 1986). Como se vê, nestas afirmações, *máquina* e *programa* se substituem amplamente.

O que assistimos, na realidade, tomando a questão da relação, que formulo acima, e de seu deslizamento metafórico, é um debate que vem já desde os gregos e que não para de produzir sentidos: a do pensamento, da mente. A da máquina e a da

³ Ler a respeito destas questões o texto “O irreal da Língua” de Ronaldo Martins no livro *Linguagem e Tecnologia* (Ronaldo Martins e Ana Cláudia Fernandes (orgs), RG, 2012).

linguagem perfeita. Debate que se apresenta em todas as letras desde que introduzimos a denominação “inteligência artificial”⁴.

Na confluência de instrumentos técnicos (computadores), intelectuais (algoritmos, máquinas de Turing, formalismos diversos), e critérios de cientificidade das práticas e teorias (programabilidade), diz P. Lévy (1986), “emerge uma nova linguagem para falar do real e um novo real surge”. Eu diria: “emerge uma nova materialidade discursiva para falar da *realidade* e um novo real surge”. Mesmo se me questiono a propósito do surgimento deste “novo real”: seria mesmo um novo real ou só mais um efeito de real? Um deslocamento na realidade (o que não é pouco).

Mas indubitavelmente, a inteligência artificial e as ciências da cognição são, como afirma Lévy (1986), particularmente representativas do paradigma computatório. E a informatização do conhecimento é paralela à informatização da sociedade. Para mim, trata-se, certamente, aí, da relação linguagem-sociedade: não se mexe em uma sem mexer na outra. Não são coincidentes mas, como tenho afirmado, se ligam fundamente: sujeito-sentidos, linguagem-sociedade, corpo do sujeito-corpo social. Eis ligações de fundo que não podemos evitar. E que são postas em jogo desde que se fale em “inteligência artificial”. O que esta noção produz na relação dos sujeitos com eles mesmos e entre si, na ideologia da ciência, e na sociedade como um todo?

Sobre as diferentes concepções de pensamento, podemos recuar até os gregos e seguir muitos meandros de discussões fartamente produzidas ao longo dos séculos sobre este tema; sobre a linguagem perfeita, a que não falha e que asseguraria as certezas do cálculo (aritmético), podemos ir, por exemplo, ao século XVII e a Leibniz e aos filósofos, lógicos e matemáticos e, particularmente, a Frege (1882), com a proposta da primeira linguagem formal. Não esqueçamos das várias tentativas de matematização, mesmo bem atuais, das Ciências Humanas: eis um esforço de evitar o corpo das palavras, suas ambiguidades, equívocos e contradições. Evitar a materialidade dos gestos de interpretação, a historicidade que aí se inscreve, e as teorias que sustentam as disciplinas de interpretação. A busca do **exato**, não só na relação linguagem-

⁴ Não deixa de ser interessante o comentário, de T. Winograd e F. Flores (1986, p.150), de que a primeira questão que devíamos nos colocar é por que pensamos que os computadores poderiam ser inteligentes? Sem dúvida, é uma questão para o imaginário que se constitui em torno da máquina e do pensamento. Sobretudo do imaginário social que circula a este respeito. E da posição da ciência, sem dúvida.

pensamento-mundo, mas também na do sujeito-sentido. E juntos vêm o cálculo, a precisão. A máquina e/ou o programa⁵.

Lemos em Lévy (1986) algo que Henry (1986) trata com acuidade ao falar da ressignificação dos instrumentos nas diferentes teorias, ou ciências. Citando o físico Wolfram (1984), afirma Lévy (1986): “(...) e o tipo de conceitos e de objetos estudados mudou em razão do instrumento utilizado, o computador”. Em consequência, um procedimento torna-se tanto mais científico quanto for mais “programável”.

Que o conhecimento vai de par com o cálculo, fica mostrado; o que vem causar problema é a “percepção”, como diz o autor, pois o que não tem “output” não pode ser tomado em consideração, não pode ser calculado. Nós não vivemos no meio de composições químicas nem de variação de pressões atmosféricas mas de odores e de jogo cambiante de luz etc. A cognição, esvaziada da percepção se torna(ria) um processo cego. E, sem sujeito, eu acrescentaria. A percepção, assim, segundo o que se lê em Lévy (1986),

tem o poder fabuloso de instituir um mundo, mas este mundo se furta ao cálculo e às operações, pois ele é de outra ordem. O universo, por seu lado, é operatório e formalizável, comunicável e traduzível, manipulável e agentivo; mas aí reina um silêncio de antes do silêncio, uma cegueira de antes da luz, e as linguagens que aí desdobram imperturbavelmente suas sintaxes e seus laços reguladores permanecem sem voz, em seu mutismo de antes do tempo. (LÉVY, 1986, p. 293).

O próprio da tecnociência, segue dizendo Lévy, e da relação ao ser que a subentende, é aumentar sempre mais o império do universal (operatório) e isto ao preço de uma mutação: a condição humana não é mais a de *viver no mundo* mas de *operar no universo*. Daí o aumento da presença da máquina universal nos negócios humanos. E daí o desaparecimento gradativo do mundo (objeto histórico) a favor do universo (operacionalização). O que leva Lévy a concluir que há uma mudança, com os avanços da inteligência artificial: a da sucessão dos mundos ao progresso do universal. O que, para ele, já não é uma mudança histórica mas uma mutação antropológica.

Em meus trabalhos tenho proposto a categoria de universalismo-histórico (ORLANDI, 2009) justamente para não fazer esta distinção estrita e estanque entre o universal (formal) e o histórico (o mundo). E isto só pode se fazer, a meu ver, do

⁵ Eu ousaria dizer que faz, para mim, agora, mais sentido falar em “garota de programa (por prostituta no caso de executivos)”, e também: “fazer um programa” (para sair), ou “vou me programar” (por preparar para) etc. Como se vê, o que é da ciência, e/ou da técnica, passa logo para a vida comum, para a rotina em sociedade. O que nos leva a dizer que, afinal, o senso comum, a que se prende Dieudonné, não é tão estável assim.

interior do *materialismo* em que não se concebe a percepção sem exterioridade, nem se pensa o universal sem a matéria.

O que, a meu ver, vem junto a outra concepção do próprio pensamento e do reconhecimento de uma ambiguidade com que jogamos quando, como diz Henry (1986), avançamos que os desenvolvimentos científicos e técnicos ligados à inteligência artificial e às neurociências podem modificar as bases do debate epistemológico e filosófico. Esta mesma ambiguidade está, como afirma Henry (1986), em chamar, com o nome de “ciências da cognição”, ciências do pensamento, ou o “ato de conhecer”. Para enfrentar o problema, segundo o autor, é preciso ir ao fundo das questões (científicas, epistemológicas, filosóficas, éticas) levantadas por esta conjunção entre, de um lado, certa concepção de inteligência artificial e certas extrapolações feitas a partir das neurociências, do outro. Aí justamente entra a questão do materialismo. Porque, segundo Henry,

não se trata de uma transformação de nossa relação intelectual ao mundo físico que nos rodeia, mas da transformação de nossa relação ao mundo do pensamento, do conhecimento, do saber e da inteligência, mundo que se considerou muito tempo como exclusivamente humano. Encontrar-se-ia enfim realizado um **materialismo do pensamento** destacado de qualquer concessão. (HENRY, 1986, p. 299, grifo nosso).

Vemos aí posta a questão das condições de produção (de outra concepção de pensamento, de inteligência artificial), dessa mudança (que, para Henry, diferentemente de Lévy, não é antropológica), dessa *transformação de nossa relação ao mundo do pensamento*. Resultando em outras formas de mudanças. O que, por exemplo, Pêcheux anuncia como constituição de um “espaço polêmico das maneiras de ler”, de “reorganização da divisão social do trabalho da leitura” (PÊCHEUX, 1994, p. 56, 57) e que eu tomo aqui como “reorganização do trabalho da interpretação”, pensando a materialidade dos gestos de interpretação, sua historicidade. Sabemos que a relação linguagem/pensamento/mundo não se faz termo a termo, e é trabalhada pelos gestos de interpretação e sua materialidade. Assim, a partir do **materialismo do pensamento**, podemos igualmente pensar o da linguagem e o do mundo, em suas relações, afetando, portanto, o que estamos tratando como materialidade do gesto de interpretação.

Se, de um lado, segundo P. Henry, há argumentos que são utilizados para manter um fio, passando por Platão, Hobbes e Leibniz para legitimar o projeto da inteligência artificial, apresentando-o como um dos sucessos que nos identifica, desde Platão, com o

progresso da razão e da racionalidade, de sua realização na ciência, na técnica e na filosofia, de outro lado, há aqueles, como Pascal ou Nietzsche, que o atacaram, não para preservar o obscurantismo, mas para fazer prevalecer outra concepção da razão, do homem e daquilo que o anima. Há também outros estudiosos, que podem ser referidos, como Heidegger e Wittgenstein, que também são críticos a certa crítica da inteligência artificial, cujos mitos só fazem reforçar certa versão da história do pensamento e da filosofia, de seu progresso, e de que a inteligência artificial, ela própria, como é pensada, pode, afinal, se apresentar como um seu resultado.

Creio que, além dessa crítica a esta concepção de razão, de pensamento e de nossa relação ao pensamento, que leva a certa concepção de inteligência artificial, há algo ainda mais relevante para nossos fins nesta discussão da materialidade do gesto de interpretação do discurso digital, pensando suas condições e a memória discursiva que a constitui. Trata-se da questão da *individualidade* do pensamento que traz junto noções como operacionalismo, behaviorismo, psicologismo, etc., caudatárias da pragmática. O postulado das ciências cognitivas para esta questão da inteligência é que o pensamento só pode se situar em uma *coisa*, na unidade de uma interioridade, uma substância individualizada cujas propriedades explicariam sua possibilidade e natureza. Behaviorismo, empirismo (Quine). Henry (1986, p.323) nos mostra que, dessa perspectiva, a questão que se coloca, é: “o que devemos supor que se passa no cérebro quando cumprimos esta ou aquela performance?”; ou ainda: “que máquina e que programa é preciso para simular esta ou aquela performance?”. Este empirismo é básico para as ciências cognitivas. Mas não é na unidade, na individualidade localizada que se encontram as melhores perguntas e as reflexões mais agudas sobre o pensamento, ou sobre o cérebro. É preciso um recuo.

Poderíamos resumir de forma muito rápida isto tudo afirmando: falar é melhor que pensar. Porque, como diz P. Henry (1986, p.304) “nós nos vivemos seres pensantes antes de vivermos seres falantes”. Por isso, é tão difícil aceitar máquinas pensantes. Estamos tão habituados a ligar tudo que toca o pensamento ao que toca nosso ser e, em definitivo, nossa posição de sujeitos, que é bem difícil fazer um recuo em relação a isto.

Para nossos fins, restritos neste texto, estas considerações acerca das características da conjuntura histórico-científica em torno da questão da relação linguagem-pensamento-mundo e cérebro-máquina-sociedade são suficientes para falarmos do que nos importa de mais perto. Sem esquecer que iniciamos pela questão

posta no título de Henry, “Não se substitui um cérebro por uma máquina”, que a toma como parte de “um debate mal engajado”, já que ela se assenta sobre a ambiguidade do que toma como pensamento, sem buscar aprofundar nas questões que a subentendem. Entre elas a do materialismo do pensamento. Como, do mesmo modo, quando as máquinas não fazem o que o homem faz, procura-se o que falta como estando localizado no cérebro. O que falta poderia estar em outro lugar⁶.

O século XIX e suas condições de produção: a IBM

Finalmente, ainda pensando as condições históricas mais amplas e a ideologia do discurso eletrônico, chegamos ao século XIX e às especificidades que lhe dão forma e sentidos.

É ainda em M. Pêcheux que buscamos o fio condutor de nossa reflexão:

“A lógica das classificações autoriza o desvio da atividade matemática pela *gestão administrativa*, ou seja, pelo funcionamento das “máquinas” cuja memória é constituída exclusivamente de lembranças, listas e quadros⁷: a palavra “IBM” está aí para nos lembrar que a informática tem, espontaneamente, parte ligada à burocracia administrativa” (PÊCHEUX, 1994, p.58/59).

O que não impede que se possam fazer pesquisas científicas, mas em “certas” condições. Toda a questão está posta neste “certas”. Ainda segundo Pêcheux (1994), no século XX, as necessidades da *gestão administrativa* dos documentos textuais de todos os tipos fizeram sua junção histórica com projetos científicos visando a construção de línguas lógicas artificiais (herança de Leibniz e do Círculo de Viena); o que está atestado no desenvolvimento informático dos anos de 1950 a 1970. Mas voltemos nossa atenção para a IBM e o século XIX.

A **IBM** é a sigla de Máquina de Negócios Internacionais (**I**nternational **B**usiness **M**achine), uma empresa americana de informática. Que tem seus inícios no século XIX. E cujos princípios, enunciados por T. Watson Jr (começo do século XX), são bem

⁶ Pensando os sentidos como relação a, não estaria aí uma questão para a materialidade dos gestos de interpretação, por exemplo, pensando a linguagem em sua materialidade?

⁷ Talvez eu possa reconhecer já aqui elementos subjacentes para o que chamei de “memória metálica” (E. Orlandi, 1996), a do computador. Distinta da memória discursiva, nesta, o que funcionam, são lembranças, listas, quadros, que são caras ao cognitivismo e ao operacionalismo.

diretos, do ponto de vista empresarial (organização do trabalho)⁸: 1. Respeito ao cliente; 2. Prestar o melhor serviço ao cliente; 3. Busca de excelência.

O que objetivamos nesta parte de nossa reflexão é mostrar que, no conjunto “ciências exatas/tecnologia/administração” o modo de constituição do conhecimento que sustenta o projeto e o discurso digital é ligado, em sua historicidade, de maneira forte ao administrativo, mais propriamente, à contabilidade e ao sistema industrial. Como diz Pêcheux (1994, p. 32), a homogeneidade lógica, com suas proposições, é atravessada por uma série de equívocos⁹, assim como os termos como lei, rigor, ordem, princípio etc., que cobrem ao mesmo tempo, como um patchwork, os três elementos do conjunto (ciências exatas/tecnologia/administração). Eles são inseparáveis, mas o que procuro indicar aqui é que eles se organizam, a cada vez, por um dos pontos de entrada e recobrem a realidade. A entrada, no caso da informática, já no fim do século XIX e o início do XX, é o administrativo, que organiza os dois outros. No administrativo, claro, está o controle e tudo o mais, da ideologia capitalista mundializada fazendo seus efeitos na sociedade contemporânea.

O impulso dado, no século XIX, para o desenvolvimento da mecanização da informação foi a coleta e organização de dados (demografia) para o censo de 1890 nos Estados Unidos. E a solução foi idealizada por Herman Hollerith, um estatístico: máquinas elétricas em que os dados eram representados por perfurações distribuídas em *fita de papel*. Estabeleciam-se circuitos elétricos através das perfurações e os dados eram assim computados de forma rápida e automática: *eletricidade e automação*, eis o início da *máquina inteligente*. Isso acelerou (rapidez também é componente) o processo da contagem da informação, do censo (feito em três anos). Em 1896, Herman criou uma companhia: a Tabulating Machine Company (TMC) e, introduzindo inovações, trocou a fita por *cartões perfurados*. Os cartões se tornaram o elemento básico das máquinas IBM de processamento de dados¹⁰. Duas outras empresas, em 1911, uniram-se à TMC, por sugestão do banqueiro Flint. Eram elas: International Time Recording (registradores

⁸ Não podemos deixar de dizer aqui que o investimento na “organização” do trabalho afeta a “ordem” do trabalho, qual seja, a sua significação com efeitos nas relações sociais.

⁹ Lembremos como P. Henry chama a atenção para a ambiguidade que subentendem concepções como a de pensamento, cérebro etc.

¹⁰ Eis um elemento interessante para se falar da materialidade do gesto de interpretação: ao mudar a fita de papel para cartões perfurados, mudam-se as condições de produção da materialidade dos gestos de interpretação da máquina, e, conseqüentemente, sua forma e suas possibilidades .

mecânicos de tempo) e a Computing Scale Co (instrumentos de aferição de peso), resultando na Computing Tabulating Recording Co (CTR). Estava criada a base.

Já em 1914, T. J. Watson assumiu a direção geral e estabeleceu *normas de trabalho* (citadas acima) que estruturam a empresa de forma inovadora.

As pesquisas em engenharia resultaram na criação e aperfeiçoamento de novas *máquinas de contabilidade* exigidas pelo célere *desenvolvimento industrial*. Com o aumento do número de pessoas do grupo e seu acúmulo de experiência, os produtos ganharam em qualidade e surgiram novas máquinas. A CTR muda de nome e passa a ser chamada de IBM (International Business Machines), líder do processo tecnológico. Que passa a ser chamada pelos americanos de “Big Blue”.

Interessante observar que a especialidade de Watson não era a tecnologia mas as vendas e o marketing, que trouxe o mantra “Think” (Pense) – qual o sentido de “pensar” aí? - para a ideologia empresarial bem sucedida: para o comércio (e a indústria, em retorno). Criou um exército (sic)¹¹ de vendedores (vestidos de azul e branco) para convencer executivos de várias indústrias a adotarem *sistemas de contabilidade mecânicos*.

Como vemos, o input é dado por interesses comerciais e industriais, e a ciência, a engenharia (tecnologia científica), vem a reboque. E a palavra “Pense” (alguma relação com toda a questão sobre o pensamento que desenvolvemos na parte que precede esta?) torna-se um mantra de marketing a serviço da venda das máquinas de contabilidade.

Não é sem interesse retomarmos (do blog citado) o que dizem a respeito de Watson, da IBM, e seus “credos” organizacionais.

“Características da IBM:

A cultura da IBM é fundamentada em três credos básicos criados por Thomas Watson, o fundador. Eles estão presentes em toda a organização em placas estrategicamente dispostas em todas as salas, em muitas publicações internas e sempre se faz referência aos mesmos para embasar a maioria das decisões e atividades organizacionais, uma vez que eles constituem a própria identidade da empresa. O primeiro credo, “**Respeito ao Indivíduo**”, oficialmente norteia a política de recursos humanos da organização. A empresa possui mecanismos de comunicação interna que se

¹¹Blog: *Mundo das Marcas*. Cf. [HTTP:www.strategia.com.br/Casos/](http://www.strategia.com.br/Casos/)

fundamentam no mesmo. Um destes mecanismos, denominado de “Política de Portas Abertas”, permite ao funcionário que se sente injustiçado por seus superiores imediatos levar suas questões diretamente a gerência superior, que as apreciará novamente de uma forma imparcial. A esta política interna, os funcionários chamam de “escalar”. O Programa “Fale Francamente” ou *Speak Up* permite ao funcionário que tem uma queixa ou uma dúvida a solucionar relatando-a de forma anônima, tendo suas questões respondidas pelas autoridades administrativas encarregadas. A empresa possui assim uma “justiça interna” para resolução de conflitos, os quais absorve a fim de manter o sistema coeso. O segundo credo da empresa, “**Prestar o Melhor Serviço ao Cliente**”, e, o terceiro, a “**Busca da Excelência**”, ou seja, a busca de uma forma superior de realizar o trabalho, fundamenta a gestão estratégica da qualidade a ser realizada através da implementação do *Market Driven Quality*, sua política de Qualidade. Os credos IBM são constitutivos de sua identidade e não mudaram desde sua criação, estando assimilados profundamente na organização. Sendo genéricos, podem ser constantemente interpretados para fundamentarem as novas políticas de gestão adotadas pela empresa, em uma nova criação de significados que coaduna com o novo paradigma a ser adotado. São plenamente compatíveis com as propostas de implementação do *Market Driven Quality*, ou seja, a implementação da gerência de qualidade anteriormente definida, tendo como base não só a satisfação dos desejos do cliente, mas seu “encantamento” através da criação de produtos que contribuam para o seu sucesso. A gestão de recursos humanos participativa é justificada pelo credo “Respeito ao Indivíduo”. A criação da “Nova IBM” é assim legitimada pelos mesmos princípios que mantinham o antigo modelo organizacional proposto, princípios estes, no entanto, reinterpretados na criação de um novo paradigma, que pretende ser uma resposta organizacional às dificuldades do ambiente, para fugir à “morte”, reproduzindo as palavras dos próprios estrategistas internos, em uma visão sistêmica. A “Nova IBM”, na realidade, é uma evolução de um modelo de organização “mecanicista” para um orgânico, na terminologia de Burns e Stalker”.

O que assistimos aqui é, pela análise deste discurso, o deslizamento, pelo efeito metafórico, da “*reorganização da divisão social da leitura*” posta por M. Pêcheux, em seu “Ler o Arquivo Hoje”(1994), pensado como uma mexida nas relações do sujeito com os sentidos, deslizamento, pois, para a “*reorganização do trabalho na empresa*”,

relação de forças do mercado na indústria capitalista. O mecanicismo e o orgânico, que aparecem no texto acima, não são opções de sistemas de pensamento mas de um “programa”, um modelo de “organização empresarial”. Cruamente.

Desse modo, e caminhando para nossa conclusão, é nesse vai-e-vem dos teóricos, dos cientistas, dos filósofos da ciência, e dos que se ocupam da organização do trabalho e do controle social diretamente, que os sentidos circulam na materialidade dos gestos de interpretação, quando entramos no discurso eletrônico e na sua memória (discursiva)¹². Sem parada. Sem sursis. Em um processo de significação que se movimenta o tempo todo em todos os lugares. Produzindo seus efeitos, sejam quais forem. E é desse modo que afetam os sujeitos aqui ou ali, por estas ou aquelas condições, nos gestos que se constituem no entremeio do real da língua e da história. Materialidade da interpretação.

E termino dando a palavra à IBM e seus logotipos (fonte: Wikipédia), que ela mesma “descreve”. Nada mais próprio para expor o funcionamento da ideologia do discurso eletrônico:

“Logotipos



- *O logotipo que foi usado entre 1924-1946. O logotipo está em um formato para sugerir um globo, cercado pela palavra "Internacional".*



- *O logotipo que foi usado entre 1947-1956. O "globo" foi substituído simplesmente pelas letras "IBM".*



-

¹² A memória discursiva (E. Orlandi, 2012) que já vem significada: a ideologia, como temos dito, pela qual somos sempre já ditos por um saber que fala por conta própria (memória).

O logotipo que foi usado entre 1956-1972. A IBM disse que as letras assumiram uma aparência mais sólida e balanceada.



• *O logotipo listrado foi usado pela primeira vez em 1967 e substituiu o logotipo de aparência mais sólida em 1972. As listras horizontais, sugerem "velocidade e dinamismo".*

Não farei uma análise mais apurada, apenas observações analíticas. Do primeiro para o segundo logotipo, início da industrialização, as letras parecem ser forjadas em ferro, é a palavra “internacional” que é apagada, silenciada. Nada mais próprio, já que depois da segunda guerra mundial, a mundialização não tinha um sentido muito “atraente” e não convocava o sentido de mercado como hoje. Do segundo para o terceiro é a forma da letra que muda: letras que trazem nelas a marca mesma do sucesso da industrialização. A forma das letras, mais “limpa”, evoca o industrial, empresarial, clara e diretamente. Já o quarto logotipo traz os sentidos da conjuntura do terceiro período do século XX, anunciando o movimento em torno das tecnologias: transparência, agilidade, leveza, dinamismo, velocidade. O tempo da urgência, da omnipresença. E da língua de vento, a da propaganda.

Se retornarmos à relação *linguagem-pensamento-mundo*→*cérebro-máquina-sociedade*, podemos pensar a relação *linguagem-sociedade* que deriva para *empresa-administração* declinada pelo mercado e trabalho.

Mas uma palavra se mantém em todas essas conjugações: a palavra “cálculo” em todos seus equívocos que se materializam na palavra-discurso IBM.

Máquina elétrica de cálculo, sistema eletrônico de calcular. O que? Produtos, dados: gente, trabalho, mercado. O cálculo é produção de visibilidade naquilo que não tem interioridade indiscernível, no que não é opaco, aquilo que é sem sujeito. Mas, concluímos, a máquina não é um substituto, um outro mesmo, um Um. Há sempre resto, um não Um, um incompleto, um não lá, porque pensamento, sujeito e sentido têm materialidade. Não são transparentes, nem exatos. Assim como o gesto de interpretação, que não é Um, em sua materialidade.

Referências

DIAS, Cristiane P. Espaço, tecnologia e informação: uma leitura da cidade. In: RODRIGUES, Eduardo. A.; SANTOS, Gabriel. L. dos.; BRANCO, Luiza. K. C. (Orgs.). **Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre: uma homenagem a Eni Orlandi**. Campinas: RG, 2011a. p. 259-272.

_____. Cidade, cultura e corpo: a velocidade do mundo. **Escritos**. Campinas: Labeurb/Nudecri/Unicamp, n.10, 2011b.

_____. O discurso da “inovação” no processo de significação de “mudança” na sociedade da informação. In: ZATTAR, N.; DALLA PRIA, A.; MORALIS, E. G. (Orgs.). **Linguagem, acontecimento, discurso**. Campinas: RG, 2011c. p.45-60.

DECROSSE, Anne. (org) **L’esprit de Société**. Mardaga: 1993. Liège: “Silence, sujet, histoire”. p. 223/237.

HENRY, Paul. On ne remplace pas le cerveau par une machine: um débat mal engagé, in **Intelligence des mécanismes, mécanismes de l’intelligence**. Paris: Fayard, 1986.

LAFONTAINE, Céline. **L’empire cybernétique: des machines à penser à la pensée machine**. Paris: Éditions du Seuil, 2004.

LÉVY, Pierre. L’univers du calcul – calculer, percevoir, penser, in. **Intelligence des mécanismes, mécanismes de l’intelligence**. Paris: Fayard, 1986.

ORLANDI, Eni P. **Língua Brasileira e outras histórias**. Campinas: RG, 2009.

_____ “Sentidos em fuga: efeitos da polissemia e do silêncio” in **Sujeito, Sociedade, Sentidos**. Guilherme Carroza. Mirian dos Santos e Telma Domingues da Silva (orgs), Campinas: RG, 2012a.

_____ “Kátia Flávia: a palavra dança e o mundo roda: Polícia!”, Labeurb 20anos, evento, 2012b. Texto no prelo.

PECHEUX, Michel. Ler o Arquivo Hoje. In. ORLANDI, E. (org.) **Gestos de Leitura**. Campinas: Unicamp, 1994.

WINOGRAD, Terry e FLORES, Fernando. **L’intelligence artificielle em question**. Paris: PUF, 1986.

WOLFRAM, Stephen. Les logiciels scientifiques. **Pour la Science**, nº 85, p. 144-161, Paris, 1984.

Para citar essa obra:

ORLANDI, Eni Puccinelli. A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico. In. DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital** [online]. Série e-urbano. Vol. 2, 2013, Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Endereço:

LABEURB - LABORATÓRIO DE ESTUDOS URBANOS
UNICAMP/COECEN / NUDECRI
CAIXA POSTAL 6166
Campinas/SP - Brasil
CEP 13083-892
Fone/ Fax: (19) 3521-7900
www.labeurb.unicamp.br/contato